

**GLAUCO COSTA LEITE**

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (2001) e mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015). Juiz de direito pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (desde 2005). Professor convidado dos cursos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Instrutor convidado do Conselho Nacional de Justiça para Políticas Públicas de Conciliação e Mediação.

**CORRUPÇÃO POLÍTICA: MECANISMOS  
DE COMBATE E FATORES ESTRUTURANTES  
NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO**



Belo Horizonte  
2016



Copyright © 2016 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.  
www.livrariadelrey.com.br

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Malheiros Fiuza

**Editora Assistente:** Waneska Diniz

**Coordenação Editorial:** Wendell Campos Borges

**Diagramação:** Lucila Pangrácio Azevedo

**Revisão:** Responsabilidade do autor

**Capa:** CYB Comunicação

**Editora / MG**

Editora / MG

Rua dos Goitacazes, 71 – Sala 709-C – Centro

Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050

Tel: (31) 3284-5845

editora@delreyonline.com.br

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaió Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Celso de Magalhães Pinto

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Rénan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

Sérgio Lellis Santiago

L533c

Leite, Glauco Costa

Corrupção Política: mecanismos de combate e fatores estruturantes no sistema jurídico brasileiro. / Glauco Costa Leite. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

xiv + 202 p.

ISBN: 978-85-384-0439-2

1. Corrupção na política. I. Título.

CDU: 343.352

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
<b>1</b> DA CORRUPÇÃO.....	9
1.1 Conceito e desenvolvimento histórico .....	9
1.2 Origens da corrupção política.....	21
1.3 Crise da representação democrática.....	34
1.4 Interesse público e lobby.....	51
<b>2</b> DO TRATAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL .....	57
2.1 Da Tutela Constitucional.....	59
2.1.1 Constituição de 1824 .....	59
2.1.2 Constituição de 1891 .....	60
2.1.3 Constituição de 1934.....	61
2.1.4 Constituição de 1937 .....	63
2.1.5 Constituição de 1946.....	65
2.1.6 Ato Institucional nº 1 - “Constituição de 1964”.....	66
2.1.7 Constituição de 1967 e o Ato Institucional nº 5.....	66
2.1.8 Constituição Federal de 1988 .....	68
2.2 Documentos Internacionais .....	71
2.3 Da Tutela Legal da Probidade Administrativa no Brasil.....	73
2.3.1 Código Penal e Código de Processo Penal.....	74
2.3.2 Lei da Ação Civil Pública (Lei Federal nº 7.347/85).....	76
2.3.3 Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92).....	77
2.3.4 Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93) .....	80
2.3.5 Lei de Lavagem de Capitais (Lei Federal nº 9.613/98).....	81

2.3.6 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) ...	81
2.3.7 Lei da “Ficha Limpa” (Lei Complementar nº 135/2010) .....	83
2.3.8 Responsabilização dos Prefeitos Municipais e Vereadores (Decreto-lei nº 201/67).....	86
2.3.9 Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).....	86
2.3.10 Nova Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) .....	87
2.3.11 Lei Federal nº 12.813/2013.....	90

### 3 DOS FATORES ESTRUTURANTES DA CORRUPÇÃO

NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	93
3.1 Vínculos partidário-eleitorais e seus reflexos .....	94
3.2 Nomeação de altas autoridades de Estado e a nomeação de Ministros ao Supremo Tribunal Federal .....	110
3.3 Crescimento desarrazoado dos cargos em comissão.....	123

### 4 DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE DE PROBIDADE ADMINISTRATIVA E TRANSPARÊNCIA .....

4.1 Controladorias-Gerais.....	141
4.2 Tribunais de Contas .....	142
4.3 Polícias .....	144
4.4 Ministério Público .....	145
4.5 Poder Judiciário.....	147
4.6 Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público .....	149
4.7 Comissões Parlamentares de Inquérito .....	151
4.8 Comissões de Ética .....	153
4.9 Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF .....	155
4.10 Corregedorias de órgãos da administração. ....	155

### 5 DA INSUFICIÊNCIA DO MODELO LEGALISTA .....

5.1 Accountability e articulação das instituições de proteção da tutela da probidade .....	165
5.2 Universalização dos serviços públicos .....	169
5.3 Valorização da burocracia .....	172
5.4 Alteração de padrões culturais de comportamento .....	174

5.5 Proteção a denunciante (Whistleblowers).....	178
5.6 Conhecimento para a cidadania e mídia .....	181
CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS .....	191